Estratégia
Carreira Jurídica

1º Simulado para PGE-RO (Procurador)

PGE-RO (Procurador) - Simulado - 2021 (Pós-Edital)

Autor:

15 de Janeiro de 2022

1º SIMULADO

Procurador PGE RO

Estratégia Carreira Jurídica

1º Simulado Procurador PGE-RO – 15/01/2022

Simulado PGE-RO

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Procurador da PGE-RO;

*2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E;

4 – O link para acesso ao simulado será encaminhado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

*5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 – Caso você deseje comparar o seu resultado com os demais alunos, faça o simulado diretamente no SQCJ, neste link: https://bit.ly/simuladopgero

7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas.

Simulado PGE-RO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Professor Marcel Torres

Questão 1

Quanto ao estado de defesa e ao estado de sítio, julgue os itens a seguir.

I. O Congresso Nacional pode suspender o estado de defesa, mas não pode suspender o estado de sítio.

II. O estado de defesa, decretado pelo presidente da República, prescinde de decisão pelo Congresso Nacional.

III. O presidente da República deve solicitar ao Congresso Nacional a autorização para decretar o estado de sítio.

Assinale a opção correta.

A) Apenas o item I está certo.

B) Apenas o item III está certo.

C) Apenas os itens I e II estão certos.

D) Apenas os itens II e III estão certos.

E) Todos os itens estão certos.

Questão 2

Com base nas normas constitucionais que regem o orçamento público, pode-se concluir que é:

A) possível o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, desde que previstos no plano plurianual.

B) viável a transferência voluntária de créditos pela União a estados e municípios e ao Distrito Federal para o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas, desde que lastreada em operação de antecipação de receita.

C) viável a criação de fundo público, ainda que seus objetivos possam ser alcançados mediante a vinculação de receitas orçamentárias específicas.

D) possível a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, desde que autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

E) possível a abertura de crédito suplementar ou especial com prévia autorização legislativa, ainda que sem indicação dos recursos correspondentes.

Questão 3

Na propriedade de Tércio, localizou-se uma série de cavidades naturais subterrâneas.

Nesse caso, de acordo com a CF/88, torna-se inviável a edificação, uma vez que tais bens são de titularidade:

A) do estado.

B) do município em que localizada a propriedade.

C) da União.

D) comum da União, do estado e do município em que localizada a propriedade.

E) concorrente da União, do estado e do município em que localizada a propriedade.

Questão 4

De acordo com a CF/88 e a jurisprudência do STF, acerca do meio ambiente, é correto afirmar:

A) É constitucional a submissão prévia ao Poder Legislativo estadual, para aprovação, dos instrumentos de cooperação firmados pelos órgãos componentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

B) É constitucional a autorização do uso do amianto por meio de lei estadual em razão da competência concorrente em matéria ambiental dos entes federados.

C) Condicionar a aprovação de licenciamento ambiental à prévia autorização da Assembleia Legislativa não implica indevida interferência do Poder Legislativo na atuação do Poder Executivo.

D) Os estados têm competência para instituir programa de inspeção e manutenção de veículos com o objetivo de proteção ao meio ambiente.

E) Os Municípios são incompetentes para legislar sobre questões concernentes a edificações ou construções realizadas no seu território, assim como sobre assuntos relacionados à exigência de equipamentos de segurança, em imóveis destinados a atendimento ao público.

Questão 5

Acerca do controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir:

I. A jurisprudência do STF firmou-se no sentido de que a ADPF é, via de regra, meio idôneo para processar questões controvertidas derivadas de normas secundárias e de caráter tipicamente regulamentar.

II. A natureza jurídica dos processos de índole objetiva não se mostra compatível com a análise aprofundada de fatos envolvendo supostas práticas ilícitas, atos de improbidade administrativa ou infrações criminais imputadas a particulares, servidores públicos ou autoridades políticas.

III. É cabível a ADPF contra súmulas, ainda que essas não anunciem preceitos gerais e abstratos.

Estão corretas, apenas:

A) I.

B) II.

C) I e III.

D) II e III.

E) Todos os itens estão corretos.

Questão 6

Analise os itens a seguir com base na CF/88 e jurisprudência aplicável.

I. Nos casos de acumulação de cargos, empregos e funções permitidas constitucionalmente, a observância do teto remuneratório é verificada através do somatório dos rendimentos do agente público nos cargos acumulados.

II. Em que pese o Poder Judiciário não possa obrigar o Poder Executivo a encaminhar projeto de lei destinado a fixar o reajuste anual dos servidores públicos, nos termos da CF/88, é dado ao Poder Judiciário conceder indenização pleiteada por servidor, a pretexto de perdas salariais por conta de inflação não reposta em decorrência de omissão do Poder Executivo.

III. O reexame dos critérios usados por banca examinadora na formulação de questões, correção e atribuição de notas em provas de concursos públicos é vedado, como regra, ao Poder Judiciário, que deve se limitar à análise da legalidade e da observância às regras contidas no respectivo edital.

Estão corretas, apenas:

A) I.

B) I e II.

C) I e III.

D) III.

E) Todos os itens estão corretos.

Questão 7

Analise os itens a seguir com base na CF/88 e jurisprudência aplicável.

I. A adoção de critérios diferenciados para o licenciamento dos militares temporários, em razão do sexo, não viola o princípio da isonomia.

II. Editais de concurso público podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem em situações excepcionais.

III. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, dispensada, para tanto, autorização especial.

Estão corretas, apenas:

A) I.

B) I e II.

C) I e III.

D) III.

E) Todos os itens estão corretos.

Questão 8

Acerca do tratamento constitucional dado à atividade econômica, assinale a alternativa correta:

a) A Constituição Federal elege o princípio de defesa do meio ambiente como um dos balizadores da atividade econômica, inclusive prevendo tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

b) A ideia de soberania nacional na ordem econômica é incompatível com a CF/88, pois pressupõe o isolamento do Estado na ordem econômica internacional.

c) A garantia da livre concorrência não guarda relação com a promoção da livre iniciativa.

d) A CF/88 prevê expressamente os valores sociais do trabalho como um dos fundamentos da atividade econômica nacional.

e) A busca do emprego pleno, ou seja, em tempo integral, é um dos fundamentos da atividade econômica nacional.

Questão 9

Analise os itens a seguir com base na CF/88 e jurisprudência aplicável.

I. A repartição de competências para cada ente federativo em normas infraconstitucionais, no que tange ao direito à Saúde, não elide a responsabilidade solidária imposta constitucionalmente a todos eles.

II. Em que pese o Sistema Único de Saúde seja gerido pelo princípio da descentralização, a obrigação legal de fornecer e custear medicamentos ordinários é de incumbência exclusiva dos Estados e Municípios.

III. É incabível a judicialização de demandas que discutam internações e tratamentos médicos no âmbito do SUS, por tratarem de questões complexas que se inserem no âmbito de discricionariedade técnica do gestor público, insindicável pelo poder judiciário.

Estão corretas, apenas:

A) I.

B) I e II.

C) I e III.

D) III.

E) Todos os itens estão corretos.

Questão 10

O art. 109 da Constituição Federal, ao prever a competência da Justiça Federal para "as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional", refere-se:

A) Unicamente aos tratados bilaterais.

B) Unicamente aos tratados plurilaterais.

C) Unicamente aos tratados de natureza tributária.

D) A todos os tratados celebrados pelo Brasil.

E) Aos tratados-contrato.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Professor Rodolfo Penna

Questão 11

Com base na Lei n. 8.429/92, assinale a opção correta.

A) A indisponibilidade dos bens do réu não pode ser substituída por fiança bancária.

B) A indisponibilidade dos bens não pode ser utilizada para assegurar o pagamento da multa.

C) A lei estabelece uma ordem de preferência dos bens a serem tornados indisponíveis, colocando, em primeiro lugar, o bloqueio de contas bancárias.

D) A indisponibilidade dos bens do réu não pode ser substituída por seguro-garantia judicial.

E) Admite-se a decretação de indisponibilidade da quantia de até quarenta salários mínimos depositados em caderneta de poupança.

Questão 12

Em relação aos consórcios públicos, com base na Lei n. 11.107/05, assinale a opção correta.

A) O contrato de consórcio público não pode ser celebrado apenas por uma parcela dos entes federados que subscreveram o protocolo de intenções, ainda que exista cláusula prevendo esta possibilidade.

B) O consórcio público constituirá sempre uma pessoa jurídica de direito privado.

C) A lei não admite o consorciamento parcial.

D) A União poderá celebrar convênios com os consórcios públicos, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas em escalas adequadas e as exigências legais de regularidade aplicar-se-ão ao próprio consórcio público envolvido, e não aos entes federativos nele consorciados.

E) É admitido o consórcio entre a União e Município diretamente, sem participação do Estado integrado pelo Município.

Questão 13

À luz das disposições da Lei n. 11.079/2004 acerca das normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, assinale a alternativa correta.

A) É dispensável a realização de licitação para celebração de contratos de parceria público-privada.

B) A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação na modalidade de tomada de preço, estando a abertura do processo licitatório condicionada a autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico.

C) A constituição de Sociedade de Propósito Específico deve coincidir com a celebração do contrato de PPP, prestando-se à implantação e gestão do objeto da parceria.

D) É facultativa a submissão da minuta de edital e de contrato à consulta pública.

E) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Questão 14

Em relação aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

A) Aplicação de multa a sociedade empresária em razão de descumprimento de contrato administrativo celebrado por dispensa de licitação constitui manifestação do poder de polícia.

B) A aplicação da pena de demissão, quando comprovado que a conduta do investigado se amolda à essa hipótese, é ato discricionário.

C) O STF entende ser possível a delegação de todas as fases do poder de polícia.

D) Para o STF, apenas a ordem de polícia é passível de delegação.

E) Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.

Questão 15

Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta.

A) Na cassação o vício é anterior à prática do ato ou ocorreu durante a sua produção.

B) Admite-se a convalidação de ato administrativo por meio de decisão judicial, desde que não haja dano ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

C) Ato administrativo vinculado que tenha vício de competência poderá ser convalidado por meio de ratificação, desde que não seja de competência exclusiva.

D) Por ser a competência administrativa improrrogável, atos praticados por agente incompetente não se sujeitam a convalidação.

E) De acordo com o STF, os atos flagrantemente inconstitucionais podem ser anulados no prazo de cinco anos.

Questão 16

Com relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

A) A lei admite a doação de bens imóveis pela Administração Pública.

B) A alienação de bens de uma sociedade de economia mista depende de autorização legislativa.

C) Um bem do estado de Rondônia que não esteja em uso pode ser adquirido por usucapião.

D) Em regra, as terras devolutas são de propriedade da União.

E) Os bens imóveis da União não afetados à atividade pública podem ser objeto de uso privativo por particular até mesmo para fins residenciais. Nesse caso, no entanto, não há que se falar em locação, instituto exclusivo de direito privado, mas em concessão, instituto de direito público.

Questão 17

Sobre as empresas públicas e sociedades de economia mista, assinale a alternativa correta.

A) As empresas públicas somente podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima.

B) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço.

C) Todas as empresas estatais integram a Administração Pública indireta.

D) As ações que envolvam as sociedades de economia mista de qualquer dos entes federados serão julgadas pela Justiça Federal.

E) O STF entendeu ser necessária a edição de lei específica para a criação de empresa estatal subsidiária.

Questão 18

Acerca dos contratos administrativos, e considerando as disposições contidas na Lei n. 14.133/21, assinale a alternativa correta.

A) Nos casos de inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos especializados, é admitida a subcontratação de empresas.

B) Caberá ao contratante a escolha da modalidade de garantia.

C) No caso de atrasos dos pagamentos devidos pela administração contratante, superiores a três meses, é possível a aplicação, pelo contratado, da exceção do contrato não cumprido, salvo em casos excepcionais, como calamidade pública ou guerra.

D) Será facultativa a previsão no edital de índice de reajustamento de preço.

E) Não cabe a desconsideração da personalidade jurídica pela via administrativa.

Questão 19

De acordo com a Lei n. 9.784/99, que regula processos administrativos no âmbito federal, assinale a alternativa correta.

A) Caso interessado desista de pedido formulado em processo administrativo, a administração deverá automaticamente extinguir o referido processo e determinar o seu arquivamento.

B) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

C) A tramitação prioritária do processo administrativo será concedida de ofício e independe de requerimento pelo interessado.

D) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

E) As sanções, a serem aplicadas por autoridade competente, não terão natureza pecuniária.

Questão 20

Sobre as agências reguladoras, assinale a alternativa correta.

A) O STF entendeu que a atividade de regulação estatal deve ser realizada, obrigatoriamente, por pessoa jurídica de Direito público.

B) As agências reguladoras são desprovidas de poder normativo.

C) As agências reguladoras são uma nova espécie de pessoa jurídica.

D) É possível a exoneração ad nutum dos dirigentes das agências reguladoras.

E) Os dirigentes das agências reguladoras não deverão cumprir quarentena de saída.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Professor Michael de Jesus

Questão 21

O lançamento de obrigação tributária regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de

a) impugnação de terceiro autorizado.

b) recurso interposto pela procuradoria fiscal.

c) iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no CTN.

d) interesse do sujeito passivo.

e) impugnação do sujeito ativo.

Questão 22

Assinale a alternativa incorreta:

a) No que diz respeito ao princípio da anterioridade e também aos tributos que se submetem a ela, no caso das medidas provisórias que aumentem ou majorem tributos no geral o termo inicial do prazo da anterioridade anual é a edição da própria medida provisória. Já quando o objeto da medida provisória foi a criação ou majoração de impostos o termo inicial da anterioridade anual é o da conversão em lei da medida provisória. Já o princípio da anterioridade nonagesimal, em qualquer dos casos, o termo inicial do prazo acontece a partir da edição da medida provisória.

b) A União não pode invocar ao seu favor a regra da imunidade recíproca contra o Distrito Federal quando este for lhe cobrar taxa de coleta de lixo.

c) Segundo o CTN, o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

d) Na importação de mercadorias para o exterior, o fato gerador do ICMS ocorre no momento em que a mercadoria é embarcada para o exterior.

e) De acordo com o CTN, tratando-se de solidariedade, é inaplicável o benefício de ordem.

Questão 23

Quanto aos princípios da legalidade e da anterioridade tributária, analise as assertivas abaixo.

I - a anterioridade de exercício e a nonagesimal são aplicáveis a todos os tributos, de forma cumulativa, excetuadas hipóteses previstas taxativamente na Constituição;

II - a majoração de alíquota do ICMS, determinada por lei publicada em 1º de novembro de um ano, pode ser aplicada em 1º de janeiro no ano subsequente;

III - o princípio da legalidade tributária aplica-se a todos os tributos, mas se admite a alteração da alíquota de certos impostos federais, de caráter extrafiscal, desde sejam atendidas as condições e limites estabelecidos em lei.

Assim, está correto o que se afirma em

a) As três afirmativas estão corretas;

b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;

c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;

d) Todas as afirmativas são erradas;

e) Nenhuma das alternativas anteriores

Questão 24

Sobre o crédito tributário, assinale a alternativa incorreta com relação ao que está previsto no Código Tributário Nacional:

a) A suspensão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações assessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso;

b) A anistia é modalidade de exclusão do crédito tributário;

c) A moratória é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário;

d) Suspende a exigibilidade do crédito tributário a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

e) A transação é causa extintiva do crédito tributário;

Questão 25

Com relação à cobrança dos créditos tributários na falência, assinale a opção correta

a) O processo falimentar envolve o crédito tributário, mas exclui a multa tributária;

b) As execuções fiscais em curso serão suspensas com a decretação de falência, consoante a lei processual que disciplina a cobrança do crédito tributário;

c) A propositura de execução fiscal posterior à decretação de falência ocorrerá no juízo falimentar;

d) A decretação da falência interrompe o prazo de prescrição do crédito tributário;

e) Os créditos tributários serão adimplidos após realizado o pagamento dos créditos com garantia real, até o limite do apurado com os bens gravados

Questão 26

Sobre a competência tributária, esta correto:

I - Aplica-se retroativamente, por ser mais benéfica, lei tributária que institui isenção desde que o tributo não tenha sido pago;

II - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão sua competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades;

III - O Supremo Tribunal Federal adotou a corrente dicotômica referente a função da lei complementar no Direito Tributário;

IV - É possível delegar a competência tributária uma vez ao ano, por ocasião da produção da lei orçamentária;

V - Os municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.

a) Apenas as proposições II e IV estão corretas.

b) As proposições I, II e III estão incorretas;

c) Apenas as proposições I e V estão corretas

d) Apenas as proposições II e V estão corretas;

e) Apenas as proposições III e IV estão incorretas.

Questão 27

Sobre vigência das normas complementares, de acordo com o código tributário nacional, é correto afirmar que:

a) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entrem em vigor 45 dias a contar da sua publicação;

b) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribuir eficácia normativa, entram em vigor 30 dias após a data de sua publicação, salvo disposição em contrário.

c) Os convênios que entre si celebram a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios entrem em vigor 30 dias após a data da sua publicação, salvo disposição em contrário.

d) As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas entram em vigor na data de sua publicação, salvo disposição de lei em sentido contrário.

e) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas e as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribuir eficácia normativa, entram em vigor na data da sua publicação, salvo disposição de lei em sentido contrário.

Questão 28

Quanto à responsabilidade tributária, analise as assertivas abaixo e marque a correta:

a) o mero inadimplemento permite o redirecionamento da obrigação tributária ao sócio administrador da empresa, equiparando-se a infração à lei.

b) o adquirente é pessoalmente responsável pelos tributos relativos aos bens adquiridos;

c) a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra não é considerada responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

d) são pessoalmente responsáveis o síndico e o comissário, em relação aos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

e) na hipótese de falecimento, a responsabilidade pelos tributos devidos pelo de cujus será dos herdeiros, que respondem de forma integral e ilimitada pelos tributos devidos.

Questão 29

Sobre a preferência do crédito tributária, assinale a alternativa incorreta

a) o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho;

b) o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais, nos termos da lei falimentar, mas não preferem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;

c) Para o Superior Tribunal de Justiça a decretação da indisponibilidade de bens e direitos, na forma do art; 185 - A do CTN, pressupõe o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis, o qual fica caracterizado quando infrutíferos o pedido de constrição sobre ativos financeiros e a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, ao Denatran ou Detran.

d) São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de deu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento;

e) São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

Questão 30

O Senado Federal tem importante papel na fixação de alíquotas mínimas e máximas de certos impostos previstos na Constituição Federal. Sobre o tema em comento, analise as alternativas abaixo e ao final assinale a opção correta:

I. O ISS terá alíquotas mínimas e máximas fixadas por Resolução do Senado Federal.

II. O IPVA terá alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

III. O ITCMD terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

IV. Quanto ao ICMS é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros,

V. Cabe ao Senado Federal fixar alíquotas mínimas do ITCMD.

São corretos:

a) I e II

b) II, III e IV

c) I, II e III

d) I, IV e V

e) III e IV

DIREITO FINANCEIRO

Professora Vanessa Arns

Questão 31

Sobre a renúncia de receitas na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa incorreta.

a) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.

b) A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

c) Uma das possíveis condições é a de que a renúncia deve estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

d) Uma das possíveis condições é a de que haja demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

e) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício seguinte e nos dois posteriores, se for o caso, em que deva iniciar sua vigência.

Questão 32

Sobre a independência administrativa e financeira dos poderes Judiciário, Legislativo e Ministério Público, assinale a afirmativa incorreta.

a) Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.

b) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

c) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

d) Se os tribunais não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, não receberão os repasses constitucionais a tempo.

e) Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.

Questão 33

A Emenda Constitucional nº 109 de 15 de março de 2021 (EC nº109/21) reforçou a necessidade de todos os entes federais (União, Estados, Distrito Federal e os Municípios) manterem o controle da dívida pública. Sobre o disposto, assinale a afirmativa incorreta.

a) Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.

b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis

c) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

d) A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.

e) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

Questão 34

Dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que, dentre outras, compete à Lei

a) Geral do Orçamento.

b) do Plano Plurianual.

c) de Diretrizes Orçamentárias.

d) do Orçamento Anual.

e) de Responsabilidade Fiscal.

Questão 35

O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, é correto afirmar que

a) o refinanciamento da dívida pública não constará da lei orçamentária.

b) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias apenas nos casos em que a amortização seja superior a 60 meses.

c) a lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração inferior a um exercício financeiro.

d) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

e) serão incluídas na lei orçamentária as despesas do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, exceto aqueles destinados a benefícios e assistência aos servidores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Professor Josias Barcellos

Questão 36

Sobre o curador especial, assinale a alternativa correta

(A) o CPC admite o exercício da curatela especial pela Defensoria Pública.

(B) o juiz nomeará o curador especial ao incapaz, ainda que tenha representante legal, enquanto durar a incapacidade.

(C) o juiz nomeará o curador especial para o réu preso revel, somente nos casos de sentença criminal transitada em julgado.

(D) o juiz nomeará o curador especial para o réu revel citado por edital ou com hora certa, mesmo após a constituição de advogado.

(E) os Estados poderão exercer a curatela especial, para os seus servidores que comprovarem insuficiência de recursos financeiros.

Questão 37

De acordo com o Código de Processo Civil, sobre o agravo de instrumento assinale a alternativa correta.

(A) Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, no juízo de retratação, o relator não poderá considerar prejudicado o agravo de instrumento.

(B) Não cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre mérito do processo.

(C) A Fazenda Pública tem o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interpor, em regra, o agravo de instrumento.

(D) Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre rejeição da alegação de convenção de arbitragem.

(E) O agravo de instrumento será dirigido diretamente ao juízo recorrido.

Questão 38

Sobre o incidente de desconsideração de personalidade jurídica, é correto afirmar

(A) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.

(B) Concluída a instrução o incidente será resolvido por decisão interlocutória, e desafia agravo de instrumento, caso seja proferida por relator.

(C) A instauração do incidente suspenderá o processo, desde que requerida na petição inicial.

(D) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte, do Ministério Público e da Defensoria Pública, quando lhe este último couber intervir no processo.

(E) Aplica-se o incidente à desconsideração inversa, porém, por analogia, segundo entendimento dos Tribunais Superiores.

Questão 39

A respeito da tutela de evidência, é correto afirmar que

(A) Pode ser deferida liminarmente, conforme determinação expressa do CPC, na hipótese da petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

(B) Considera-se hipótese de tutela de evidência, expressamente no CPC, as situações em que as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos, assunção de competência e em súmula vinculante.

(C) Possui a mesma natureza do julgamento antecipado parcial do mérito.

(D) O CPC exige, em hipóteses excepcionais elencadas na lei, a necessidade de demonstração de risco ao resultado útil do processo.

(E) Pode ser deferida quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

Questão 40

Em relação à ação rescisória, assinale a alternativa correta.

(A) o Ministério Público pode ajuizá-la apenas quando a decisão rescindenda é o efeito de simulação ou de colusão das partes, a fim de fraudar a lei.

(B) O depósito que acompanha a petição inicial somente é dispensado à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, às suas respectivas autarquias e fundações de direito público, e ao Ministério Público.

(C) a decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida se for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.

(D) O direito à rescisão se extingue em 18 (dezoito) meses contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

(E) não é permitida a concessão de tutela provisória.

Questão 41

Considere as assertivas a seguir sobre o Juizado Especial da Fazenda Pública.

I. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica aplica-se ao processo de competência dos juizados especiais.

II. Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

III. Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida por turma recursal.

IV. Aplica-se subsidiariamente a lei do juizado somente a Lei nº 9.099/95.

É correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II

(B) II e III.

(C) II e IV.

(D) II e IV.

(E) I e III.

Questão 42

Em relação ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

(A) No mandado de segurança contra a nomeação de magistrado da competência do Presidente da República, este é considerado autoridade coatora, ainda que o fundamento da impetração seja nulidade ocorrida em fase anterior do procedimento.

(B) segundo o STF, a desistência da ação mandamental deve ser com anuência da parte contrária, desde que antes do trânsito em julgado.

(C) o STF entendeu pela inconstitucionalidade da condenação em honorários advocatícios, em sede de mandado de segurança.

(D) no caso de prestações de informações, segundo a teoria da encampação, é permitida a alteração de competência estabelecida na sistemática do ordenamento jurídico.

(E) segundo o STF, a oitiva do Ministério Público é indispensável em todos os processos sob análise da Suprema Corte, na forma do art. 12 da Lei 12.016/09.

Questão 43

Nas ações em que a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem opoente, nas causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, é competente para julgar:

(A) STF.

(B) STJ.

(C) Justiça estadual.

(D) Justiça federal.

(E) Justiça federal, mas somente nos juizados especiais.

Questão 44

A respeito da remessa necessária, é correto afirmar que

(A) possui a natureza de recurso, segundo a doutrina majoritária e jurisprudência.

(B) está sujeito o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.

(C) não está sujeita a sentença cujo entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

(D) não está sujeita a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público.

(E) não está sujeita a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 800 (oitocentos) salários-mínimos para as capitais dos Estados.

Questão 45

A respeito da audiência de instrução e julgamento, é correto afirmar que

(A) A audiência poderá ser adiada por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 60 (sessenta) minutos do horário marcado.

(B) Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença no prazo de 60 (sessenta) dias, sendo vedado prolatar em audiência.

(C) Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, independentemente do emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, exceto a arbitragem.

(D) O juiz exerce o poder de polícia, incumbindo-lhe requisitar, quando necessário, força policial.

(E) A audiência poderá ser parcialmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, como medida excepcional.

DIREITO CIVIL

Professor Paulo Sousa

Questão 46

A sentença proferida no estrangeiro, para que seja executada no Brasil, precisa atender a alguns requisitos específicos. De acordo com a LINDB, assinale a alternativa que aborda corretamente um desses requisitos:

a) A sentença tenha sido proferida por juiz incompetente.

b) As partes tenham sido devidamente citadas, sendo dispensável a verificação legal da ocorrência de revelia.

c) A sentença tenha passado em julgado e esteja revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida.

d) A sentença tenha sido traduzida por intérprete, independentemente de autorização.

e) Tenha a sentença sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

Questão 47

Edson, casado com Janaína, tem dois filhos. Em determinado dia, Edson saiu para um passeio e desapareceu, sem dele haver notícias. Nesta ocasião e, considerando que este não nomeou nenhum mandatário para a curadoria de seus bens, de acordo com o que dita o Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

a) Os filhos de Edson, se maiores e capazes para o exercício da vida civil, deverão ser automaticamente, nomeados curadores dos bens do pai.

b) Os filhos de Edson, se maiores e capazes para o exercício da vida civil, concorrerão com os avós, pais de Edson, pela curadoria dos bens do ausente.

c) Os pais de Edson concorrerão com Janaína, pela curadoria dos bens do ausente.

d) Janaína, não estando separada de Edson judicialmente, ou de fato por mais de dois anos ates da declaração, será automaticamente nomeada curadora dos bens do ausente.

e) Janaína, não estando separada de Edson judicialmente, ou de fato por mais de dois anos ates da declaração, concorrerá com os filhos pela curadoria dos bens do ausente.

Questão 48

Sobre as espécies de contratos, assinale a alternativa que está de acordo com o entendimento jurisprudencial:

a) Nos contratos de locação, é vedada a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias, sendo válida apenas àquele referente ao direito de retenção.

b) A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia.

c) O contrato de seguro por danos pessoais não compreende os danos morais, sendo dispensável a cláusula de exclusão.

d) O fiador que não integrou a relação processual na ação de despejo responde também, pela execução do julgado.

e) Prescreve em cinco anos a ação para obter, do construtor, indenização por defeitos da obra.

Questão 49

Em se tratando da propriedade, assinale a alternativa que esteja em consonância com o Código Civil de 2002 e a jurisprudência:

a) Aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, porém, desde que haja título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

b) O proprietário pode ser privado da coisa, apenas por razões de utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.

c) O direito de uso de linha telefônica não pode ser adquirido por usucapião, uma vez que se trata de bem imaterial.

d) Aquele quer que achar coisa alheia perdida, deve restitui-la ao dono ou legítimo possuidor.

e) O descobridor não responde pelos prejuízos causados ao proprietário ou possuidor legítimo, mesmo quando tiver procedido com dolo.

Questão 50

Sobre a prescrição e a decadência, assinale a alternativa correta, segundo o que dispõe o Código Civil de 2002:

a) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

b) A interrupção da prescrição, em regra, poderá ocorrer uma vez, porém, mediante decisão judicial será possível que ocorra mais de uma.

c) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

d) Assim como a prescrição, é anulável a renúncia da decadência, quando prevista em lei.

e) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, podendo o juiz suprir a alegação, já que deve, de ofício, conhecer da decadência.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

Professora Lucas Pessoa

Questão 51

No que se refere ao contrato de emprego, assinale a alternativa correta.

A. Havendo termo estipulado, o empregado poderá desligar do contrato, sem justa causa, não sendo obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem.

B. Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o término do contrato.

C. Os contratos por tempo indeterminado são considerados uma exceção no direito do trabalho, tendo em vista o princípio da continuidade da relação de emprego.

D. Quando da contratação por prazo determinado, somente é possível nova contratação entre as mesmas partes em um prazo nunca inferior a dois meses.

E. Em nenhuma hipótese o contrato por prazo determinado poderá suceder, dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado.

Questão 52

Assinale a alternativa INCORRETA:

A. Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

B. Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo coletivo de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

C. O excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de seis meses, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias poderá ser pactuado por acordo individual escrito.

D. O excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de seis meses, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias poderá ser pactuado por acordo individual tácito.

E. É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.

Questão 53

A respeito do período à disposição do empregador, considere:

I - Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

II - Não será considerado tempo à disposição do empregador quando o empregado permanecer na empresa, por escolha própria, buscando proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou pelas más condições climáticas. Porém, se o empregado permanecer nas dependências da empresa para exercer atividade particular de estudo, será considerado tempo à disposição, ensejando, se for o caso, o pagamento de horas extraordinárias.

III - Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

Está correto o que se afirma em:

A. I e III, apenas.

B. I, II e III.

C. II e III, apenas.

D. I, apenas.

E. I e II, apenas

Questão 54

Considerando os expressos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, os empregados cujos contratos tenham a transferência como condição explícita podem ser transferidos para localidade diversa daquela que resultar do contrato,

A. quando referida transferência decorre de real necessidade de serviço.

B. desde que percebam salário superior ao dobro do limite máximo dos benefícios da Previdência Social.

C. independentemente de qualquer circunstância, pois se trata de jus variandi do empregador.

D. desde que haja autorização expressa em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

E. independentemente de qualquer circunstância, tendo em vista a previsão no contrato de trabalho.

Questão 55

Assinale a alternativa INCORRETA:

A. A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, da Constituição Federal, sendo considerado nulo o contrato de trabalho.

B. A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, da Constituição Federal, embora lhe seja conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo.

C. A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, da Constituição Federal, embora lhe seja conferindo direito ao pagamento dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

D. A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, da Constituição Federal, sendo considerado nulo o contrato de trabalho, não sendo conferido direito ao pagamento de verbas trabalhistas.

E. Mesmo na hipótese de um contrato de trabalho ser nulo, por haver sido celebrado com pessoa incapaz, o salário do trabalho prestado deve ser pago, sob pena de admitir-se o enriquecimento ilícito do empregador.

Questão 56

Tício foi contratado por uma empresa (prestadora de serviços) para laborar como segurança, atuando para uma sociedade de economia mista federal (tomadora). Ao final do contrato de trabalho, ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa que o contratou e em face da sociedade de economia mista federal, requerendo o pagamento de horas extras e adicional de periculosidade. O valor total dos pedidos efetuados foi de 15 mil reais. Acerca desse assunto, considere:

I - A reclamação irá tramitar pelo rito sumaríssimo.

II - A demanda observará o rito ordinário, independentemente do valor do pedido, pois proposta em face de sociedade de economia mista federal.

III - As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

IV - Cada uma das partes não poderá indicar mais de 3 (três) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a 6 (seis).

Estão corretas:

A. I, apenas.

B. II, apenas.

C. III, apenas.

D. I e III, apenas.

E. II e IV apenas.

Questão 57

Considerando às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que

A. não são devidos honorários de sucumbência na reconvenção.

B. quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juízo condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa e subsidiariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.

C. para manifestação acerca da exceção de incompetência territorial o reclamante e, se existentes, os litisconsortes, o prazo será de 5 (cinco) dias, sucessivos.

D. na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.

E. a nulidade será pronunciada ainda que arguida por quem lhe tiver dado causa.

Questão 58

Assinale a alternativa correta.

A. Os atos processuais serão públicos, salvo quando o interesse social determinar o contrário, e realizar-se-ão nos dias úteis, das oito às dezoito horas.

B. A penhora não poderá ser realizada em domingo ou feriado, mesmo mediante autorização expressa do juiz.

C. No exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1%, observado o mínimo de R$ 10,64 e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

D. Nos dissídios coletivos, é obrigatória aos interessados a assistência por advogado.

E. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa.

Questão 59

A respeito da execução no processo do trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

a) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exeqüente para impugnação.

b) Serão executadas, desde que a pedido do INSS, as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida por juízes e tribunais do trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.

c) É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que assim for designado por determinação do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho a que o primeiro estiver vinculado.

d) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou, de ofício, pelo Ministério Público do Trabalho.

e) Nenhuma das anteriores.

Questão 60

Sobre a Responsabilidade por dano processual incluída recentemente na CLT, assinale a alternativa correta.

A. A multa de litigância de má-fé poderá ser aplicada de ofício ou a requerimento.

B. Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juízo condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou subsidiariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.

C. A execução da multa de litigância de má-fé dar-se-á em autos apartados.

D. Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até duas vezes o último salário contratual do ofendido.

E. Não se aplica a multa de litigância de má-fé à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa, pois não é parte na ação.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Professor Felipe Cavalcanti

Questão 61

Dentre as alternativas abaixo, aponte a única que corresponde a um objetivo da Seguridade Social expressamente previsto na Constituição:

a) Universalidade da cobertura e seletividade do atendimento.

b) Equidade entre os benefícios destinados às populações urbanas e rurais.

c) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

d) Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

e) Irredutibilidade real do valor dos benefícios.

Questão 62

A respeito dos segurados do Regime Geral de Previdência, pode-se afirmar que:

a) o garimpeiro é segurado especial.

b) o médico-residente é segurado obrigatório na condição de empregado da instituição hospitalar em que desenvolve suas atividades.

c) o titular de cartório de registros públicos, por não ocupar cargo efetivo da administração, é segurado obrigatório do RGPS na condição de empregado.

d) o síndico pode se filiar facultativamente à previdência, quando não receber isenção da respectiva taxa de condomínio.

e) o servidor público titular de cargo efetivo que exerça função de chefia em seu órgão, de livre nomeação e exoneração, será obrigatoriamente filiado RGPS com relação a esta última atividade.

Questão 63

De acordo com o art. 201 da Constituição, a maternidade deve ser obrigatoriamente atendida pelo Regime Geral de Previdência Social. No que tange ao salário-maternidade, julgue as assertivas abaixo.

I - a segurada terá direito ao benefício em caso de aborto não criminoso, por período de duas semanas.

II – um homem somente fará jus ao benefício – pelo prazo remanescente – se a segurada falecer no curso do pagamento do salário-maternidade.

III – o salário-maternidade independe de carência.

IV – o benefício terá a duração de 120 dias, com início no período entre 28 dias antes do parto e a data de ocorrência deste, podendo ser prorrogado por duas semanas em razão de critérios médicos e por 60 dias caso a empresa se adeque aos termos do Programa Empresa Cidadã.

V – o salário-maternidade corresponde a um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em período não superior a quinze meses, não podendo ultrapassar o equivalente à remuneração de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Estão corretos:

a) Apenas os itens I, II e IV;

b) Apenas os itens II, III e V;

c) Apenas os itens I e IV;

d) Apenas os itens IV e V;

e) Todas estão erradas.

Questão 64

A Previdência Social existe para garantir a manutenção do indivíduo e de sua família durante os momentos em que o segurado, de maneira temporária ou definitiva, estiver impossibilitado de provê-la.

A respeito da aposentadoria do servidor abrangido por regime próprio de previdência, assinale a alternativa correta:

a) A aposentadoria por invalidez permanente do servidor federal abrangido pelo regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal terá proventos integrais desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

b) Os requisitos de tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, exigidos pelo art. 40, §1º, inciso III, da Constituição, devem ser cumpridos integralmente na unidade federada em que o servidor se aposentar.

c) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

d) A aposentadoria por invalidez do servidor público estadual, abrangido pelo regime de previdência de que

trata o art. 40 da Constituição Federal, terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição, se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.

e) Para fazer jus à aposentadoria por tempo de contribuição, após o advento da Emenda Constitucional n. 103/21, o servidor público deverá comprovar o mínimo de 40 anos de contribuição, podendo valer-se da contagem recíproca entre os diversos regimes.

Questão 65

O abono de permanência, previsto no art. 40, §19, da Constituição Federal, tem o objetivo de estimular a permanência do servidor público em atividade. A respeito do instituto, assinale a alternativa incorreta:

a) O abono de permanência destina-se ao servidor que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e poderá ser pago até que o servidor complete a idade-limite de 75 anos.

b) A instituição do abono de permanência depende do juízo de conveniência e oportunidade dos entes federados.

c) O valor do abono de permanência não poderá ultrapassar a contribuição previdenciária do servidor.

d) O abono de permanência possui natureza remuneratória, sofrendo a incidência do Imposto de Renda Pessoa Física.

e) O abono de permanência deve ser regrado pelas constituições estaduais e leis orgânicas municipais, em homenagem ao princípio da simetria.

DIREITO EMPRESARIAL

Professor Alessandro Sanchez

Questão 66

Vanessa constituiu, regularmente, sociedade unipessoal limitada destinada ao comércio de calçados. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Fernanda:

a) não poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade.

b) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, desde que a primeira esteja em atividade há pelo menos cinco anos.

c) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, desde que se destine a outro ramo de negócio.

d) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, já que a legislação atual não prevê restrições para essa espécie.

e) não poderá figurar em empresa de tal modalidade, já que tal modalidade segue os parâmetros das disposições, já revogadas, sobre EIRELI.

Questão 67

Assinale a opção que indica o sobrevalor dado ao estabelecimento em vista de sua boa administração e organização de seus bens, que não se confunde com os bens imateriais propriamente ditos e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa.

a) clientela

b) aviamento

c) trespasse

d) ponto empresarial

e) sede aviamentária

Questão 68

Nos termos da Lei de Falências, os créditos extraconcursais incluem o(a)

a) Crédito trabalhista no valor de até cem salários mínimos.

b) Créditos com direito de retenção atribuído por lei sobre a coisa dada em garantia.

c) Obrigações trabalhistas constituídas após a decretação da quebra.

d) multa contratual e a pena pecuniária.

e) crédito subordinado dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício.

Questão 69

De acordo com o Código Civil, é característica das sociedades cooperativas, EXCETO

a) o concurso de sócios em número mínimo necessário para compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo.

b) a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade.

c) a indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios.

d) a impossibilidade, aliada à invariabilidade, de dispensa do capital social.

e) a variabilidade do capital social.

Questão 70

À luz do Código Civil, assinale a opção correta a respeito do Empresário Individual.

a) O nome empresarial deverá ser formado com o uso do termo limitada após a firma ou a denominação social.

b) é obrigatório o uso da firma na composição do nome empresarial.

c) A formação dessas empresas não poderá ser resultado da concentração de quotas de outra modalidade societária na pessoa de um único sócio.

d) As regras previstas para sociedade limitada unipessoal devem ser aplicadas subsidiariamente.

e) As regras previstas para sociedade simples devem ser aplicadas subsidiariamente.

DIREITO AMBIENTAL

Professor Thiago Leite

Questão71

Acerca dos princípios que regem o direito ambiental, assinale a alternativa correta

a) O princípio da prevenção se aplica para evitar danos ambientais quando os riscos são incertos, desconhecidos.

b) O princípio da preservação no próprio sítio e proteção do entorno significa que o bem cultural, sempre que possível, deve ser mantido em seu lugar de origem, preservando não apenas esse bem cultural, mas todo o entorno com o qual ele se comunica.

c) Os deveres ambientais decorrentes do princípio da função ambiental da propriedade possuem natureza de direito pessoal.

d) O princípio do desenvolvimento sustentável prioriza a preservação do meio ambiente em detrimento da justiça social e do crescimento econômico.

e) O princípio do limite ou controle não encontra amparo no ordenamento jurídico brasileiro.

Questão 72

Não necessita de outorga de direito de uso de recursos hídricos

a) O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.

b) Extração de água de aqüífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.

c) Derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.

d) Aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

e) Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

Questão 73

Não corresponde a uma característica inerente à Estação Ecológica, espécie de unidade de conservação prevista na lei nº 9.985/2000.

a) A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas.

b) A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

c) A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

d) A Estação Ecológica pertence ao grupo de proteção integral.

e) É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo recreativo.

Questão 74

Um imóvel rural localizado no Estado de Rondônia, em área de floresta, deverá preservar, à título de reserva legal, área mínima de

a) 70%

b) 20%

c) 75%

d) 80%.

e) 35%

Questão 75

"Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada". Esta descrição corresponde ao conceito de

a) Reciclagem

b) Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos

c) Reutilização

d) Coleta seletiva

e) Logística Reversa

DIREITO AGRÁRIO

Professor Thiago Leite

Questão 76

Acerca dos contratos agrários, assinale a alternativa correta

a) A legislação agrária veda o subarrendamento rural mesmo com a concordância do proprietário arrendante.

b) Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, sempre por tempo determinado, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da lei.

c) Os contratos de arrendamento rural e de parceria rural poderão ser celebrados de forma escrita ou verbal.

d) Os contratos agrários podem ser divididos em típicos e atípicos. Os contratos típicos são aqueles que possuem uma regulação agrária específica e detalhada, e são dois: o arrendamento e o contrato do comodato rural.

e) Os contratos agrários seguem o princípio da autonomia da vontade, não havendo proteções especiais à parte hipossuficiente da relação.

Questão 77

Assinale a alternativa correta quanto à desapropriação para fins de reforma agrária

a) Cabe à decreto federal estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

b) Pode ser objeto de desapropriação para fins de reforma agrária a propriedade produtiva, desde que haja autorização do Chefe do Executivo.

c) O pagamento da terra nua, na desapropriação sancionatória rural, será feito por meio de títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

d) A competência para desapropriar para fins de reforma agrária pertence à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios.

e) Apenas as benfeitorias necessárias serão indenizadas em dinheiro.

Questão 78

Assinale a alternativa correta quanto ao confisco previsto no artigo 243, da CF/88

a) A expropriação de glebas a que se refere o art. 243 da CF há de abranger apenas a área efetivamente cultivada com plantas psicotrópicas.

b) O confisco em questão abrange apenas as áreas rurais, não se aplicando aos imóveis urbanos.

c) Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será

confiscado e reverterá a fundo especial sem destinação específica.

d) O ônus da prova para afastar a expropriação pertence ao proprietário.

e) Transitada em julgado a sentença expropriatória, o imóvel será incorporado ao patrimônio do INCRA.

Questão 79

Assinale a alternativa correta quanto aos princípios que regem o direito agrário

a) O princípio da função social da propriedade traz para o titular uma série de deveres. Tais deveres são propter rem, ou seja, acompanham a coisa, independente de quem deu causa ao desvio no cumprimento da função social.

b) O princípio do acesso à propriedade da terra não encontra respaldo em nosso ordenamento jurídico, ante a garantia do direito de propriedade.

c) O princípio da proteção à pequena e média propriedade incide para impedir a desapropriação para fins de reforma agrária da pequena e média propriedade rural, mesmo que seu proprietário possua outra área rural.

d) O princípio do aumento da produtividade não se aplica ao direito agrário, haja vista seu conteúdo estritamente econômico.

e) O combate ao latifúndio é um princípio agrário, mas não o combate ao minifúndio.

Questão 80

Acerca da usucapião constitucional rural, assinale a alternativa correta

a) É uma forma derivada de aquisição de propriedade.

b) Os bens públicos podem ser usucapidos, desde que sejam destinadas à implantação de colônias agrícolas.

c) A moradia do possuidor na área objeto da usucapião não influencia na aquisição da propriedade por meio da usucapião constitucional rural.

d) A área máxima do imóvel objeto da usucapião constitucional rural é de 100 hectares.

e) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinqüenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

DIREITO ECONÔMICO

Professora Vanessa Arns

Questão 81

Sobre o Direito Concorrencial, assinale a afirmativa incorreta.

a) O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, com as atribuições previstas nesta Lei..

b) O Cade é constituído por Tribunal Administrativo de Defesa Econômica Superintendência-Geral; e Departamento de Estudos Econômicos.

c) O Tribunal Administrativo, órgão judicante, tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.

d) Funcionará junto ao Cade Procuradoria Federal Especializada.

e) A Lei 12.529/11 se aplica às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, com exceção das que exerçam atividade sob regime de monopólio legal.

Questão 82

São princípios explícitos que norteiam a Lei de Liberdade Econômica, n. 13874/2019, exceto:

A) a liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas.

B) a boa-fé do particular perante o poder público.

C) a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.

D) o reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado.

E) A Liberdade de Concorrência entre empresas do mesmo setor.

Questão 83

É dever da administração pública e das demais entidades, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual a Lei 13.874/2019 versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente:

a) criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes.

b) redigir enunciados que impeçam a entrada de novos competidores nacionais ou estrangeiros no mercado.

c) exigir especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado.

d) redigir enunciados que impeçam ou retardem a inovação e a adoção de novas tecnologias, processos ou modelos de negócios, ressalvadas as situações consideradas em regulamento como de alto risco.

e) facilitar a formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas;

Questão 84

Assinale a opção que, corretamente, lista princípios que a Constituição assenta para a ordem econômica:

a) Soberania nacional, propriedade privada, livre iniciativa e tratamento favorecido a empresas brasileiras de sócios nacionais.

b) Livre iniciativa, tratamento favorecido a pequenas empresas com sócios nacionais, defesa do meio ambiente, defesa do consumidor e redução das desigualdades sociais.

c) Soberania nacional, livre concorrência, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais e livre iniciativa.

d) Defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, defesa da atuação do estado como agente regulador e produtor na economia, defesa da concorrência, propriedade privada e função social da propriedade.

e) Soberania nacional, propriedade privada, livre iniciativa e tratamento favorecido a empresas brasileiras de sócios nacionais.

Questão 85

Acerca das práticas comerciais restritivas à livre concorrência, assinale a alternativa CORRETA.

a) A competência internacional do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE quanto às condutas restritivas à livre concorrência orienta-se pela teoria dos efeitos.

b) A configuração da venda casada como conduta restritiva à livre concorrência independe do poder de mercado do produto principal.

c) Um acordo entre concorrentes sobre áreas de atuação exclusiva e não sobre preço afasta a caracterização de cartel.

d) A prática de fixação de preços de revenda em contratos de franquia, em regra, é tida como ilícita pelo CADE.

e) As condutas restritivas à livre concorrência praticadas em setores regulados, como telefonia, energia elétrica e sistema financeiro, são de competência exclusiva das agências reguladoras respectivas.

DIREITOS HUMANOS

Professor Rafael Barretto

Questão 86

Considerando a teoria geral dos direitos humanos, é correto afirmar que:

a) As expressões “direitos humanos” e “direitos fundamentais” são sinônimas, e indica o conjunto de direitos que materializam a dignidade da pessoa humana.

b) A compreensão moderna de Direitos Humanos é marcada pela universalidade e pela divisibilidade desses direitos.

c) Os adeptos do positivismo jurídico defendem que os direitos humanos são direitos inatos à pessoa, que decorrem da sua própria condição de ser humano.

d) Os direitos humanos surgem todos de uma vez, não se originam de processo histórico paulatino

e) Os direitos humanos caracterizam-se pela existência da proibição de retrocesso, também chamada de “efeito cliquet”.

Questão 87

Sobre as características dos direitos humanos, é correto afirmar que são direitos:

a) Universais, porque atribuídos a todos os seres humanos, ressalvados os que estejam em situação de apatridia.

b) Irrenunciáveis, pois não se perdem com a passagem do tempo.

c) Imprescritíveis, porque não têm dimensão pecuniária para fins comerciais.

d) Restringíveis, pois podem ser objeto de restrições por parte do legislador

e) Naturais, emanados de autoridade superior, que surgiram todos de uma vez.

Questão 88

Sobre a incorporação dos tratados de direitos humanos ao ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar:

a) A Constituição brasileira de 1998 estabelece que o ato internacional necessita, para sua conclusão no Brasil, da colaboração dos Poderes Legislativo e Judiciário.

b) A iniciativa da celebração de tratados é competência do Procurador-Geral da República.

c) Os tratados de Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, como é o caso do Tratado de Marraqueche.

d) Os tratados de Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, como é o caso do Pacto de San José da Costa Rica

e) Os tratados de Direitos Humanos devidamente ratificados perante o órgão internacional entram em vigor no Brasil automaticamente.

Questão 89

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é considerada o documento fonte do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Sobre ela, é incorreto afirmar que:

a) É um documento internacional que pertence ao sistema regional de proteção dos direitos humanos.

b) A Declaração constituiu um marco decisivo no processo de generalização da proteção dos direitos humanos, permanecendo como fonte de inspiração e ponto de irradiação e convergência dos instrumentos de direitos humanos em níveis global e regional.

c) Estabelece direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais, mas não estabelece direitos ambientais.

d) a Declaração consagra o direito de todo ser humano, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

e) a Declaração prevê o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

Questão 90

De acordo com a jurisprudência dos Tribunais acerca dos direitos humanos, é correto afirmar que:

a) O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de tortura, ocorridos durante o Regime Militar de exceção, são prescritíveis.

b) Segundo entendimento do STF, admite-se a prisão civil do depositário infiel, pois expressamente autorizada pela Constituição Federal.

c) De acordo com o posicionamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Lei Brasileira de Anistia (Lei 6.683/1979) constitui um obstáculo válido a que o Estado brasileiro apure casos de violação de direitos humanos ocorridos durante o período do regime militar no País.

d) Assim como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela invalidade jurídica da Lei Brasileira de Anistia (Lei 6.683/1979), por violar o princípio da dignidade humana, motivo pela qual ela não foi recepcionada pela Constituição brasileira de 1988.

e) No caso Ximenes Lopes vs. Brasil, a Corte Interamericana reconheceu que a responsabilidade

internacional dos Estados pode decorrer tanto de ações ou omissões atribuíveis aos órgãos ou funcionários do Estado, como da omissão do Estado em prevenir que terceiros vulnerem os bens jurídicos que protegem os direitos humanos consagrados na Convenção Americana de Direitos Humanos

CONHECIMENTOS GERAIS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Professor Sérgio Henrique

Questão 91

A ocupação e a exploração da região norte, durante a 1ª metade do século XX, pode ser explicada pelo grande fluxo de mão de obra migrante. Entre 1939 e 1945, com o Brasil envolvido, direta ou indiretamente, na II Guerra Mundial, ocorreu um forte afluxo de migrantes para a região norte, devido à necessidade da ampliação da extração de borracha.

Em relação aos migrantes responsáveis pelo desenvolvimento da produção da borracha, é correto afirmar que:

A) os gaúchos formaram a grande maioria dos migrantes da região norte;

B) os paulistas buscaram um novo eldorado com a ocupação da região norte;

C) a presença de nordestinos foi a marca desse processo em função da seca no nordeste;

D) os catarinenses em busca de terras baratas formaram o grupo majoritário;

E) a população mestiça prevaleceu, oriunda da região centro-oeste.

Questão 92

"Rondônia passou (...) a representar novamente uma fronteira de expansão da produção de soja, e os atores econômicos devem dar o devido destaque para esse espaço juntamente com o Estado do Mato Grosso."

A expansão da produção de soja no Estado de Rondônia ocorreu, principalmente:

A) na porção norte do território, em razão da presença da hidrovia do Madeira;

B) na porção oeste do território, pela facilidade de escoamento da produção pela Bolívia;

C) na porção central do território, onde houve fixação de muitos migrantes nordestinos;

D) na porção sudeste do estado, em razão da política territorial dos Eixos Nacionais de Integração;

E) na porção sul do estado, pela proximidade com a capital, que polarizou o poder político do estado.

Questão 93

Entre as lavouras temporárias a seguir, a que apresentou em 2020, ano em que foram divulgados os dados do último recenseamento realizado pelo IBGE, a maior área colhida no Estado de Rondônia foi:

A) soja.

B) milho.

C) arroz.

D) feijão.

E) mandioca.

Questão 94

"A hidrovia do Madeira é uma das mais importantes vias de transporte localizadas no chamado Corredor Logístico Norte. É, também, a segunda hidrovia mais importante do Norte, atrás apenas da hidrovia do Amazonas, da qual é um dos principais afluentes da margem direita.

Entre suas características está o fato de ser o principal meio de escoamento da produção de grãos, como soja, milho e açúcar proveniente das plantações de Mato Grosso. Esses grãos chegam ao porto de Porto Velho (RO), depois de um percurso de 800 km pela BR-364. Na hidrovia são realizados os deslocamentos de passageiros e o transporte de carga que tem como destino os grandes centros da região Centro-Oeste.

A hidrovia permite a navegação de grandes comboios, com até 18 mil toneladas, mesmo durante a estiagem. A largura varia entre 440 metros e 9.900 metros, e a profundidade oscila de acordo com as estações seca e chuvosa, e pode chegar a 13 metros."

A importância da hidrovia mencionada no texto está relacionada principalmente:

A) à exploração do turismo nos principais rios da região amazônica;

B) ao escoamento da soja para os mercados consumidores do exterior;

C) ao transporte de madeira para abastecer as indústrias da região sudeste;

D) às reivindicações de povos indígenas no que diz respeito à circulação no estado;

E) à facilitação da circulação de passageiros entre Rondônia e a Bolívia.

Questão 95

"Tratado de permuta de territórios e outras compensações entre o Brasil e a Bolívia assinado na cidade de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, aprovado pelo Congresso Nacional em 12 de fevereiro de 1904, sancionado pelo presidente Rodrigues Alves em decreto de 18 de fevereiro, com troca mútua de ratificações em 10 de março, pelo qual se estabeleceram os limites entre Brasil e Bolívia e a incorporação definitiva do Acre ao território nacional."

O tratado descrito no texto e a principal razão para sua sanção por parte do governo brasileiro são, respectivamente:

A) Tratado de Madri - expansão do território nacional;

B) Tratado de Petrópolis - interesse em explorar as seringueiras no território anexado;

C) Tratado de Ayacucho - riquezas minerais descobertas no território acreano;

D) Tratado de Petrópolis - alto valor indenizatório a ser pago pelo governo boliviano;

E) Tratado de Ayacucho - construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

Questão 96

Ao longo dos séculos XVI e XVII, durante o período da União Ibérica (1580/1640), verificamos o principal momento na expansão territorial brasileira. O país saiu de uma faixa litorânea para um tamanho continental e tal processo levou à incorporação do território correspondente à atual região norte.

Sobre o processo de desbravamento da região norte, incluindo a área do estado de Rondônia, pode-se destacar dois grupos essenciais para o sucesso da ampliação territorial brasileira, que foram:

A) os produtores de açúcar e os comerciantes brasileiros denominados tropeiros;

B) os produtores de soja e os pecuaristas que expandiram suas atividades para a região norte;

C) os produtores de borracha e os missionários que catequizavam os indígenas;

D) os bandeirantes que visavam escravizar os indígenas e as missões jesuítas;

E) os bandeirantes de sertanismo de contrato e os grandes pecuaristas que serviam aos engenhos.

Questão 97

Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon é uma das personalidades icônicas no processo de interiorização do território brasileiro e no processo de integração nacional. Entre as alternativas a seguir, assinale a que indica a principal relação do Marechal Cândido Rondon no processo de interiorização, principalmente nas áreas onde hoje são os estados de Mato Grosso e Rondônia.

A) Instalação de linhas telegráficas.

B) Assinatura do Tratado de Petrópolis.

C) Mineração da cassiterita.

D) Conflito contra o Peru e a Bolívia.

E) Criação de unidades de conservação.

Questão 98

O Forte Príncipe da Beira está localizado no município de Costa Marques.

O Forte Príncipe da Beira foi edificado à margem direita do rio Guaporé, entre 1776 e 1783, sendo considerada a

maior fortificação portuguesa erguida no período colonial.

Assinale a opção que descreve corretamente os motivos da Coroa portuguesa para a construção desse forte.

A) Defender a América Portuguesa, durante a Guerra do Paraguai.

B) Capturar e escravizar os índios das missões hispânicas fronteiriças.

C) Garantir a soberania da Coroa portuguesa na região.

D) Abrir um caminho para o escoamento do ouro da América Espanhola.

E) Escoar a borracha pelas vias fluviais da região.

Questão 99

Henry Alexander Wickham, botânico inglês, em Santarém, Pará, em 1876.

Sob o pretexto de buscar penas de cores vibrantes para os chapéus das inglesas da Era Vitoriana, Henry Wickham desembarcou na Amazônia, em 1876, com outro plano em mente: furtar sementes de seringueira para serem entregues ao Jardim Botânico Real da Inglaterra. Foi assim que a árvore nativa da Amazônia foi retirada de seu habitat natural e algumas sementes (cerca de 3 mil das 70 mil furtadas) germinaram e foram enviadas para colônias da Inglaterra, como Malásia e Ceilão. Em 1916, as plantations britânicas iriam produzir Hevea Brasiliensis suficiente para abastecer 95% da demanda mundial por borracha de alta qualidade.

Adaptado de http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/trafico-de-semente-fez-ruir-ciclo-da-borracha

A respeito da disputa pela borracha no mercado internacional e seu impacto para a economia brasileira, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

( ) A produção de látex na região amazônica, entre 1840 e 1920, contou com uma mão de obra por seringueiros nativos e migrantes cearenses, conhecidos como "soldados da borracha".

( ) O método extrativista usado na Amazônia não permitiu o aumento rápido da produtividade para atender à demanda crescente da indústria automobilística europeia e norte-americana, no início do século XX.

( ) O declínio da economia gomífera brasileira, no início do século XX, deveu-se à queda dos preços da borracha no mercado internacional, em função da produção de látex de boa qualidade, a custos mais baixos, na Ásia.

As afirmativas são, respectivamente,

A) F-V-F.

B) F-V-V.

C) V-F-F.

D) V-V-F.

E) F-F-V.

Questão 100

http://www.gentedeopiniao.com.br/fotos/image/getulioVargas600

Em outubro de 1940, o presidente Getúlio Vargas chegava a Porto Velho, então Estado do Amazonas. Esta visita explicitava o interesse do Estado Novo em promover uma política de integração territorial que resultaria no Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, com o qual era criado o Território Federal do Guaporé.

Assinale a opção que caracteriza corretamente o contexto de criação do Território Federal do Guaporé.

A) A instituição do Território do Guaporé está inserida na política de criação de mais quatro territórios federais: Iguaçu, Ponta Porã, Porto Velho e Guajará-Mirim.

B) A criação de territórios federais em regiões de interesse geopolítico e pouco povoadas visava a promover o controle e defesa do território nacional.

C) O Território do Guaporé foi criado no contexto da ação varguista da "Grande Marcha para o Oeste", com o fim de redirecionar a industrialização centrada historicamente no Sudeste.

D) O Decreto-Lei nº 5.812 foi assinado no período das negociações entre o governo Vargas, a Bolívia e os Estados Unidos para redefinir as fronteiras brasileiras, conhecidas como Acordos de Washington.

E) A elevação do Guaporé a território federal objetivou facilitar a nacionalização da Madeira-Mamoré Railway Co., com vistas ao controle do escoamento da produção de borracha utilizada no esforço de guerra aliado.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://bit.ly/Assinatura-ECJ

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

https://bit.ly/sistemasqcj

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.